

PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ACADEMICA QUANTO A AUTOAVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Silvana Mara LENTE
Edson Roberto OAIGEN

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa aplicada, qualitativa, com caráter descritivo, exploratório, bibliográfica e documental, desenvolvida em uma instituição de ensino superior estadual sediada no centro oeste brasileiro, com o objetivo de interpretar a percepção da comunidade acadêmica quanto a autoavaliação institucional no contexto da Universidade do Estado de Mato Grosso. Para a interpretação e análise dos dados foi aplicado o método Hermenêutico, com a contribuição das técnicas de Análise de Conteúdo. Quanto a percepção da comunidade acadêmica em relação a AAI dentro da IES estudada os resultados apontaram para a interpretação de um processo conhecido, que ainda não exerce seu poder emancipatório, com fragilidades que comprometem o processo como: ausência de transparência e envolvimento participativo, poucas discussões, sem socialização dos resultados e seminário para apresentação dos resultados e balanço crítico. Assim, conclui-se que muito embora seja um processo aceito pela comunidade, com papel reconhecido e apontado como ferramenta de gestão que poderá efetivamente contribuir para o desenvolvimento institucional.

Palavras-chaves: Autoavaliação institucional, Comunidade acadêmica.

SUMMARY

This is an applied, qualitative, descriptive, exploratory, bibliographical and documentary research, developed in a state higher education

institution based in the central west of Brazil, with the objective of interpreting the academic community's perception of institutional self-assessment in the context Of the State University of Mato Grosso. For the interpretation and analysis of the data the Hermeneutic method was applied, with the contribution of the Content Analysis techniques. As far as the perception of the academic community in relation to AAI within the HEI studied, the results pointed to the interpretation of a known process, that still does not exercise its emancipatory power, with weaknesses that compromise the process as: lack of transparency and participative involvement, few discussions, Without socialization of the results and seminar to present the results and critical balance. Thus, it is concluded that although it is a process accepted by the community, with recognized role and pointed as a management tool that can effectively contribute to institutional development.

Keywords: Institutional self-assessment, Academic community.

1. INTRODUÇÃO

A temática sobre Avaliação Institucional (AI) perpassa por amplas discussões desde o cumprimento burocrático imposto pelas políticas até a estratégia de gestão pela garantia da qualidade do ensino. Em tempo hodierno onde se estabelece o controle e a regulação das políticas públicas, a avaliação institucional além da busca da eficiência, promove o ranqueamento entre instituições de ensino no âmbito nacional e internacional. Estudiosos como Ball (2007), Rosanvallon (2006) e Clarke (1997) acrescentam respectivamente que esta prática são ações típicas do “Estado Competidor”, do “governo pela avaliação” na “idade da desconfiança”, do “Estado gestor” e do “Estado avaliador”.

Transcorridos 12 (doze) anos de implantação da AAI na Universidade de Estado de Mato Grosso (UNEMAT) surge o interesse em interpretar como a comunidade acadêmica percebe a AAI em seu contexto. Visto que é relevante responder ao questionamento: Como se constrói a percepção da comunidade acadêmica quanto a AAI no contexto da UNEMAT?

Cabe aqui falar sobre a UNEMAT, o que significa dizer que uma necessidade imediata de suprir a carência de professores em um município do interior de Mato Grosso sucedida de valentes idealizadores resultou na criação de uma universidade estadual que hoje atende todos os municípios do estado, nas mais diversas modalidades de ensino, desde o ensino regular, modular ou a distância, dentre outras. Se tornando referência estadual e nacional na formação de profissio-

nais em diversas áreas de conhecimento, atuando com zelo e responsabilidade neste processo, com ênfase no tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão com foco no resultado.

Assim, no final da década de 70, com a emergente necessidade de formação docente, cria-se o Instituto Superior de Cáceres (IESC), instalado na cidade de Cáceres – MT com o objetivo de “promover ensino superior e a pesquisa” como relata Zattar (2008). O qual durante aproximadamente 8 anos permaneceu sob a competência da esfera municipal até que em 1986 já instituída uma fundação mantenedora passa para a esfera estadual com o objetivo de “promover a pesquisa e o estudo dos diferentes ramos do saber e da divulgação científica, técnica e cultural” (UNEMAT, 2010, p.17).

Hoje, compreende uma instituição pública “com capacidade de representação sociocultural, intelectual e científica, fundamental para o desenvolvimento regional, na perspectiva da construção de uma sociedade mais solidária e sustentável, tendo como eixos norteadores a inclusão social e o desenvolvimento sustentável de Mato Grosso (UNEMAT, 2010, p.23).

Em linhas gerais a AAI tem cumprido com sua finalidade contribuindo para o alcance da missão proposta pela UNEMAT: “oferecer educação superior pública de excelência, promovendo a produção do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão de maneira democrática e plural, contribuindo com a formação de profissionais competentes, éticos e comprometidos com a sustentabilidade e com a consolidação de uma sociedade mais humana e democrática”. Pois, é neste repensar universitário que novas políticas são desencadeadas, com a finalidade da “construção e consolidação da Instituição como universidade pública, democrática, autônoma e de qualidade, com intervenção na sociedade por meio de atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão” (UNEMAT, 2010).

2. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: COMPONENTE DA AI CAPAZ DE PROMOVER O AUTOCONHECIMENTO PARA A IES.

Apropria-se da afirmativa de Lopes (2001) para acentuar que a AAI é de responsabilidade da gestão pública e contribui para a elaboração de diagnóstico, para que sejam estabelecidos planos gerenciais de desenvolvimento institucional visando suprir as fragilidades apresentadas no diagnóstico e manter a qualidade dos pontos de maior consistência. Suas finalidades levam a uma profunda reflexão quanto

a AAI, uma vez que desenvolve uma rede de informações que interligadas envolvem a comunidade acadêmica, produzem conhecimentos e promove o despertar crítico pela busca da superação dos problemas com a propositura de um instrumento de gestão norteador para o desenvolvimento institucional com foco não só na prestação de contas à sociedade e sim na ressignificação do ensino superior brasileiro.

Tomando como ponto de partida o previsto pelo INEP (BRASIL, 2014, p. 01) quanto aos processos de avaliação institucional, os quais “devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades”.

Acrescenta-se que a avaliação universitária engloba uma série de variáveis passíveis de quantificação, considerando tanto a diversidade de opiniões, sujeitos, estruturas e contextos quanto as incoerências. A qual segundo Schmidt; Nez (2012) permite o autoconhecimento e compreender melhor as atividades desenvolvidas que, conseqüentemente afetará de modo positivo a qualidade educacional e o valor social.

Ribeiro (2015) por fim conclui que o processo avaliativo institucional é uma forma de prestação de contas dos integrantes institucionais para a sociedade civil. Além de ser considerado um espaço que oportuniza análise crítica a respeito da satisfação e do papel da instituição de modo integral, considerando seus objetivos e perspectivas nas esferas, social, econômica, política, cultural e ética, podendo ser utilizada como ferramenta de otimização e consolidação da qualidade institucional.

A CPA, responsável pelo processo de avaliação interna e autoavaliação, atua de modo a contribuir para o desenvolvimento de avaliações nas universidades, promovendo uma interação organizada entre a comunidade acadêmica e civil (BRASIL, 2004). Apesar de constituir um elo entre a IES e o INEP, a CPA é de responsabilidade da IES, formada por representantes de todas as classes que compõem a comunidade acadêmica, estes, passíveis de AI que seguem o modelo do SINAES, previamente orientado pela CONAES (NUNES, 2015).

Segundo Sanches (2009), entre as metodologias de trabalho, a CPA faz uso de questionários, que são encaminhados para todos os setores, e diagnose de toda a documentação institucional. Os resultados obtidos com tais metodologias, são processados e publicados (principalmente quando a instituição é pública) em forma de relatório, permitindo tanto à comunidade acadêmica como cível, tomar conhecimento do que foi concluído na avaliação realizada.

Na verificação dos elementos avaliativos, é levado em consideração o nível cultural de avaliação estipulado e a influência gerencial e organizacional universitária sobre a metodologia empregada (ANDRIOLA, 2005).

Em relação às IES *multicampi* e de ensino a distância, Nicotari; Nishikawa (2012, p. 2) nos alerta ao fato de que a atuação da CPA, nestes casos, “pode gerar prováveis vieses, tendenciosidades e até desinteresse dos alunos ao respondê-la” pois os instrumentos de avaliação, em sua maioria, ao serem elaborados, ignoram as diferenças estruturais universitárias, não considerando as especificidades existentes em cada uma delas, sendo, portando, necessário.

Freire (1979) pontua que universidades com existência de públicos diversificados, devem promover mecanismos de comunicação participação entre eles. Nesses casos, a CPA seria a responsável de execução desses mecanismos, que atuariam em benefício de todo o processo auto avaliativo, desde a coleta de dados até a divulgação dos resultados, enquanto nos campi, seguindo a teoria de Nicotari; Nishikawa (2012, p. 2) estes ficariam destinados às comissões locais, além da execução autoavaliativa, na tentativa de aproximar a CPA dos diferentes públicos acadêmicos.

Alvim (2015) recentemente levantou concepções da comissão própria de uma universidade federal, a qual considera que a partir dos cinco eixos de avaliação, se tornou mais representativa nos diversos setores e áreas de conhecimento da universidade. Destacando que a Comissão Própria de Avaliação relata que teve uma melhoria significativa no processo de autoavaliação a partir da sua reestruturação e ampliação. Através disso, aguarda-se que os resultados apontados sirvam como instrumento que venha contribuir de forma ativa para o desenvolvimento da avaliação e da gestão institucionais.

Segundo Bernardes (2014) por meio do trabalho da Comissão Própria de Avaliação é realizada uma análise nos resultados apresentados na autoavaliação, assim, colaborando para um melhor desenvolvimento da gestão institucional. Neste contexto considera que a autoavaliação institucional tem sido discutida com ênfase entre comunidade acadêmica e pesquisadores como instrumento de gestão; que levanta dados da realidade institucional, e apontam suas qualidades e fragilidades, contribuindo nas tomadas de decisão e no planejamento institucional.

Para Belloni (2000, p. 233), a construção coletiva e democrática da avaliação deve contar com o envolvimento da gestão superior da IES

(reitores, diretores, membros com poder de decisão), desde a proposta inicial, passando pela execução até a divulgação dos resultados, para legitimar a comissão e todas as etapas do processo avaliativo.

Kunsch (1992, p. 235) acrescenta que as comissões recorrem a comunicação organizacional para realização da AI “(...) buscando fornecer elementos e estimular as discussões necessárias ao processo, pois a avaliação só se justifica se a comunidade acadêmica participar efetivamente de todas as etapas do processo”.

Essa cultura autoavaliativa, na visão de Dias, Horiguela e Marchelli (2006), deve ser implantada pois, enquanto o INEP promove capacitações destinadas às comissões externas de avaliação, o contrário ocorre com as CPA, que conduzem o processo de autoavaliação, considerado pelo SINAES um instrumento de conhecimento e gerenciamento interno da realidade institucional e que, no entanto, não lhes é proporcionada qualificação suficiente para aumentar a eficácia da avaliação por ela conduzida.

A participação acadêmica no processo de autoavaliação do SINAES é de alta relevância, cada integrante possui um significado e função singular, contribuindo tanto para a criação do perfil da instituição quanto para comunidade acadêmica desta, haja vista que, direta ou indiretamente estão todos interligados entre si (CURY, 2014).

Se tratando de responsabilidade social, Nicotari; Nishikawa (2012) relatam que a autoavaliação deve agregar valores culturais, fazendo o uso de ferramentas participativas, gerando maior contribuição e cooperação dos integrantes, constituindo assim um processo democrático inserido no universo administrativo e pedagógico.

Silva (2011, p. 13), explana que “a gestão só tem sentido quando referenciada a um projeto”, logo, o projeto institucional adquire sentido quando a comunidade acadêmica está envolvida na sua efetivação, sendo relevante considerar a participação desta na construção dos valores das IES, assim como na elaboração do seu perfil e identidade social.

Paiva (2011) declara que o acesso de novos acadêmicos às metodologias utilizadas na instituição relacionadas ao corpo discente, como a autoavaliação, é importante na formação crítica destes, além de influenciá-los na participação de atividades coletivas, relações interpessoais, desenvolvimento argumentativo, organizacional, entre outros.

Scremin & Dallacort (2014) após estudo realizado em uma univer-

cidade estatal considera a importância da avaliação institucional como base para a qualificação no meio acadêmico, destacando efeitos positivos do trabalho da CPA como também a participação e veracidade das informações pela comunidade acadêmica.

Como esclarece Cobbe (2015) com o aprimoramento dos instrumentos de avaliação das instituições de ensino superior brasileiras nas últimas décadas e as crescentes exigências regulatórias quanto à qualidade do ensino e autogestão, estas instituições precisam encontrar meios para aprimorar seus processos avaliativos por meio da aplicação de ferramentas que efetivamente auxiliem sua gestão institucional frente a essas exigências.

Fernandes (2016) reforça que sempre se deve frisar a importância da Autoavaliação Institucional dentro de uma IES, para que este processo funcione como uma ferramenta de planejamento estratégico primando por benefícios. Não é necessário apenas saber/reconhecer sua importância para IES mas sim colocar em prática os princípios avaliativos de forma contínua.

3. MARCO METODOLÓGICO

Compreende uma pesquisa científica que possibilitou a aproximação e entendimento do objeto investigado, resultante de um inquérito realizado, tendo subsidiado uma intervenção na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), instalada em 13 municípios do estado de Mato Grosso, tendo como período desde a habilitação do SINAES (BRASILb, 2004) até a atualidade.

Em relação à natureza se classifica como pesquisa Aplicada por “gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigida à solução de problemas e interesses sociais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Quanto à abordagem corresponde a uma pesquisa qualitativa, frente ao caráter hermenêutico a ela empregada. A abordagem qualitativa descrita por Gerhardt; Silveira (2009, p. 31) “(...) não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”.

Quanto aos objetivos compreende uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. Exploratória com o objetivo de “(...) proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito (...)” como descreve Gil (2010, p. 20). Bem como por utilizar-se de fontes bibliográficas e entrevistas com a comunidade acadêmica envolvida no processo de autoavaliação. Descritiva, pois segundo Silva (2005, p. 21) esta “visa descrever as características de de-

terminada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis". E, Explicativa pois, "(...) aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o porquê das coisas" como assegura Gil (2010, p. 28).

Quanto aos procedimentos compreende uma pesquisa bibliográfica, de levantamento e documental. Bibliográfica na medida e que se utiliza de materiais existentes como livros, revistas, artigos como explica Silva (2005, p. 21): "Pesquisa Bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet." Pesquisa de levantamento na medida e que se utiliza de questionários semiestruturados, como explica Silva (2005, p. 21): "Levantamento: quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer." E pesquisa documental, pois segundo Gil (2010) é muito valorizada nas Ciências Sociais e pode ser aplicada em praticamente todos os campos do conhecimento.

Foi aplicado o Método **hermenêutico – dialética**. Minayo (2004) relata que a técnica de análise hermenêutico-dialética tem sido muito empregada nas pesquisas em educação, e, sugere está tipologia de análise com fundamentação nas proposições de Stein (1987), que formam um balanço-síntese da contestação habermasiana-gadameriana sobre os pontos envolvendo o emprego da dialética e da hermenêutica. Complementa Stein (1987) que é possível a união da hermenêutica com a dialética como método adequado para compreensão do real, em condição de síntese cooperativa da cogitação filosófica para as ciências humanas.

Os dados qualitativos foram analisados por meio da análise de conteúdo; conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos que buscam a descrição do conteúdo em análise, sendo de extrema importância a utilização da semântica, que é a pesquisa de sentido em um texto. Dessa forma, tal método é balizado pela linguística tradicional e pela hermenêutica, que é a interpretação do sentido das palavras (CAMPOS, 2004). Dentro da Análise de Conteúdo, foi aplicada para a análise dos dados a técnica de elaboração e análise de unidades de significados, que segundo Moreira (2005) tange a três momentos; relato ingênuo, identificação de atitudes e interpretação.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS: COMUNIDADE ACADEMICA E A AUTOAVALIAÇÃO NA UNEMAT

Partindo da premissa que para se avaliar é preciso conhecer, foi solicitado aos participantes deste estudo como representantes da comunidade acadêmica que apresentassem suas conceituações quanto a AAI no contexto da UNEMAT. Onde cada participante apresentou seu relato ingênuo¹, transcritos e destes destacados significados que se seguem a partir de cada segmento: discentes, técnicos e docentes. Dos conteúdos significativos foi construída uma conceituação para cada segmento: discente, técnico e docentes.

Voltando-se para o contexto da UNEMAT os representantes do segmento **discente** afirmam que o processo fica comprometido por não haver publicidade e discussões coletivas para a solução dos problemas. O que remete a uma avaliação apenas para cumprimento das exigências legais como preceitua Gadotti (2009) citado por Silva (2013) ao afirmar que a AI vem sendo desenvolvidas nas universidades brasileiras apenas em face a sua obrigatoriedade, realidade também apontada por Verhine (2015).

Os representantes dos segmentos **técnico** e **docente** na mesma linha após apresentarem suas percepções quanto a finalidade da AAI, acrescentam que a mesma no contexto da IES estudada não se processa em sua totalidade, deixando de fornecer informações ou sem foco de debates e discussões em algumas instâncias da universidade, descaracterizando assim a efetiva participação da comunidade acadêmica, que por Ammann (1997) citado por Félix; Furtado (2016) só é possível conceber a participação quando a mesma se processa de maneira global, com a interação, articulação e interdependência de vários elementos.

Os representantes dos segmentos, embora em menor ou maior abrangência concebem a AAI em seu sentido objetivo, coadunando com Sousa (2012, p. 07) quando afirma que a “avaliação interna se caracteriza como um processo contínuo por meio do qual a Instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade

1 “(...) pesquisador deverá centrar sua preocupação no entendimento do discurso dos sujeitos, que poderá ser obtido através da aplicação de questões geradoras a respeito do fenômeno que se estuda, na forma de questionários impressos, (...)” (MOREIRA, 2005, p. 110).

educativa e alcançar maior relevância social”.

Ainda, deixam transparecer um misto entre avaliação regulatória e avaliação formativa quando afirmam ser obrigatória, orientada pelo SINAES e, por estar implicitamente ligada à autoavaliação, onde cada membro da comunidade faz parte do processo no exercício da avaliação estando assim em consonância com o afirmado por Demo (2001) elencando que o processo de avaliar implica inicialmente na reflexão que por sua vez também é avaliar, planejar e estabelecer objetivos. Porém, aqui confrontada parcialmente até que ponto a mesma tem caráter formativo uma vez que sua natureza formativa consiste exatamente em ser avaliada, com acompanhamento contínuo e sistêmico como nos ensina Dias Sobrinho (2003), acrescido do apresentado por Verhine (2015) que critica a sobreposição dos aspectos formativos pelos regulatórios, prejudicando a autonomia e interdependência entre cada processo e por conseguinte entre os avaliados e os avaliadores.

Foi construída conceituações a partir dos conectores: **“é considerada, é vista como, envolve, visa e serve”**. Em linhas gerais, associadas as informações prestadas pelos representantes dos três segmentos, organiza-se novas conceituações a partir dos conectores, observe:

A Autoavaliação Institucional no contexto da Unemat, ... “é considerada” num contexto de avaliação participativa, formativa apresentada por Cobbe (2015), Félix; Furtado (2016), Nicotari; Nishikawa (2012) e outros, sendo construída a partir do saber crítico, do ser atuante, de maneira a construir e reconstruir o contexto sócio histórico e proporcionar novas realidades no contexto universitário.

... **“envolve”** aspectos a serem analisados. Para esta conceituação, envolvendo uma generalização de realidades, deixa claro que ao ter tal afirmativa o participante deste estudo concebe a AAI como um processo focado no contexto institucional, que de maneira organizada apresenta o roteiro de avaliação. É possível para esta afirmativa destacar a marca da avaliação meritocrática discutida por Fernandes (2002) pois neste já se tem algo estabelecido e deve ser avaliado para mensuração e busca de resultados classificatório.

... **“serve”**. Com as unidades de significados, surge a possibilidade de interpretar que esta parcela da comunidade acadêmica já concebem a AAI com capacidade de compreensão sua finalidade, assim, frente as afirmativas que se assemelham a prevista em lei, e nas afirmativas de autores como Dias Sobrinho (2008), Nicoletti (2015), e Sousa (2012) quanto a finalidade da AAI.

... **“visa”**. A conceituação, construída a partir das unidades de sig-

nificados, a interpretação da mesma reporta a uma população que reconhece o processo avaliativo, sabendo apontar que o mesmo deve ser construído com a participação de todos os envolvidos para que de maneira crítica seja proposto um planejamento com metas a serem alcançadas com foco no resultado de qualidade institucional e retorno social. O que também é destacado por Silva (2008) quando descreve que a AAI procura a melhoria da qualidade da educação superior, expansão, e, eficácia e eficiência acadêmica e social.

... **“é vista como”**. Para este conector, a conceituação construída, possibilita interpretar o saber crítico de quem fala. Logo, ao conceituar os participantes do estudo, já atribuem juízos de valores à AAI, apontando pontos negativos que por vezes deixam a entender que contribuem para a baixa participação da comunidade acadêmica no processo. Incorrendo na necessidade apontada por Félix; Furtado (2016) quanto a “(...) necessidade e a importância de outras perspectivas políticas, culturais e pedagógicas, capazes de levar uma mudança gradual de todo mecanismo de gestão da avaliação em nível institucional”. Ao que se apresenta, a AAI na instituição estudada não se ocupa com o caráter formativo, apenas o regulatório, o que compromete a fidedignidade das informações coletadas dado ao número baixo de participantes, mascarando a realidade e comprometendo na construção do PDI.

Assim, com ênfase nos conceitos construídos acima e em reconhecidos autores que discutem AI, é possível descrever que: A AAI no contexto da UNEMAT não basta ser uma ferramenta construtiva, ativa e processual, apenas para o cumprimento legal (SOUSA, 2012), é preciso que todos participem e contribuam com iniciativa e decisão se empenhando na busca de melhorias no universo ao qual compõe (GUERRA, 2002). Para tanto, é preciso que a CPA e as CAs ampliem suas estratégias de envolvimento da comunidade acadêmica e comunidade externa, discutindo meios de aplicação, divulgação e avaliação com devolutiva do processo (SILVA, 2013), bem como a disponibilização de documentos e relatórios, visando fomentar discussões (DIAS SOBRI-NHO, 2000) com vista a alcançar a elevação do padrão de qualidade nos serviços oferecidos e a responsabilidade social (SOUSA, 2012).

Quanto a **Relevância** da autoavaliação institucional para a UNEMAT os representantes dos três segmentos apresentaram suas concepções as quais foram organizadas as unidades de significados de cada segmento, oportunizando o reconhecer de suas atribuições quanto ao nível de relevância da AAI no contexto da UNEMAT.

Para os representantes **discentes**, aqui selecionados, a AAI na UNEMAT é de suma importância. Ocupa-se dos achados de Oliveira (2008)

para ratificar a afirmativa discente, que a exemplo de muitos outros autores como Lima (2010), Ribeiro (2011), Félix; Furtado (2016) veem na AAI um processo onde a IES volta-se para si mesma e investiga sua realidade, com vistas a refletir sobre o conjunto de significados e propor metas e ações em prol da melhoria da qualidade do ensino e conquistar maior relevância social.

Para os representantes dos **técnicos**, num contexto mais ampliado, os mesmos descrevem a relevância tomando como ponto de partida a possibilidade de identificação, valoração quanto à qualidade, utilidade (VERHINE, 2015) que levam ao planejamento após análise e prioridades de pontos fracos a serem superados, tomando como referência o serviço a ser prestado, desenvolvendo uma pedagogia crítica, procurando modos e formas para atender as necessidades da sociedade (SOUSA, 2012).

Já os **docentes**, participantes deste estudo, numa maior compreensão destacam que a AAI na UNEMAT é relevante. Percebe-se que os representantes deste segmento, veem na AAI a possibilidade de mudanças, atribuindo-lhe o caráter de instrumento gerencial e pedagógico, envolvendo a aferição, a revisão e a construção (SOUSA, 2012). Processo este que desencadeia tomadas de decisões e reprogramação de metas e ações que venham a superar as dificuldades e alavancar a qualidade e o desenvolvimento institucional. Processo este que além de atender a regulação governamental compreende a possibilidade de avaliação formativa (VERHINE, 2015).

Todos os significados foram organizados e apresentados com destaques às convergências e divergências apresentadas nas unidades de significados dos relatos coletados. Tomando como referência os termos “relevante, relevante pois e não relevante” a AAI para a UNEMAT sob a concepção dos participantes do estudo (discentes, docentes e técnicos) compreende:

A AAI para a UNEMAT é: “relevante”, os significados atribuídos nesta unidade, com o conector “relevante”, referem-se a importância da AAI no contexto da IES, aferindo assim que não se tem como não a desenvolver em tempos atuais. Então reconhecem que esta deve ser uma prática contínua. Mas, para Félix; Furtado (2016) só irá atingir seus efeitos na totalidade com a “(...) intensidade de participação dos segmentos, (...) interesse, responsabilidade e compromisso que cada segmento representa para a IES”.

“Relevante pois”, esta unidade de significados muito se aproxima das finalidades previstas pelo MEC quanto a AAI. No conjunto de valores atribuídos por todos os segmentos que compõem a amostra da

comunidade acadêmica estudada os resultados encontrados quanto a relevância aponta que no geral a mesma tem pleno conhecimento quanto às finalidades da AAI. Porém, reforça Fernandes (2016) que não basta reconhecer sua relevância é preciso participar efetivamente, assim acredita-se que a articulação entre os segmentos pode ser uma estratégia para equalizar a participação ativa no processo.

“**Não relevante**”, para este conector, os significados atribuídos tangem ao processo ou efeitos desta para a IES. Afirmam os participantes que por ter falhas no processo, o qual não é transparente e nem empregado para o desenvolvimento institucional consideram-na não relevante. Mas se numa rápida visita à página virtual da instituição é possível observar disponível um link com a chamada à participação no processo de autoavaliação, bem como o acesso a todo trabalho desenvolvido pela CPA, bem como Projeto de Avaliação, Relatórios parciais e final, dentre outros. Assim, não há que se falar em não divulgação, e, sim desconhecimento de muitos quanto ao processo, efeitos e resultados para a IES.

Outro ponto muito relevante levantado pelos participantes tange quanto a divulgação, a qual deveria ou garante o acompanhamento de toda a comunidade acadêmica do processo, onde os relatórios devem não só ser divulgados, mas sim discutidos, bem como a meta avaliação. Ao ser apontada como **não relevante** requer novo planejamento por parte das comissões, com ações que venha a superar os apontamentos da comunidade acadêmica, em busca de maior interação no processo (DIAS SOBRINHO, 2003).

Quanto ao **Desenvolvimento** da autoavaliação na UNEMAT, todos os participantes envolvidos neste estudo, em específico no ICD 01 foram categóricos ao apresentarem suas considerações quanto ao desenvolvimento da AAI na UNEMAT. A AAI no contexto da UNEMAT tem sua organização a partir da CPA que fica centralizada na sede administrativa da IES, a qual coordena e executa todo o processo desde a elaboração do projeto até a produção final do relatório. A DATI, também localizada na sede em Cáceres se encarrega em veicular os instrumentos de avaliação a todos os câmpus da universidade, sendo que para cada câmpus existe uma Comissão de Avaliação, coordenada pela CPA. Esta CA fica com a responsabilidade de fomentar a participação da comunidade acadêmica do respectivo campus no preenchimento dos instrumentos de AAI.

Registra-se a partir do observado que a AAI no contexto da UNEMAT se organiza nas etapas previamente definidas pelo SINAES, considerando sua estrutura *multicampi*. Semelhante ao afirmado por Oliveira

(2008, p. 2297): “A organização do processo de avaliação prevê três etapas, com ritmos institucionais distintos: a preparação, o desenvolvimento e a consolidação da avaliação.” Sendo de responsabilidade direta da CPA que em conjunto com a Diretoria de Informação disponibilizar aos câmpus, por meio do sistema acadêmico e sistema de gestão os instrumentos a serem preenchidos pela comunidade acadêmica. Contando com a atuação da CAs em cada campus para execução da AAI.

Ao abordar quanto a **Participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação da UNEMAT** cabe destacar o apontado por Leite (2005) citado por Félix; Furtado (2016, p. 74) o qual “(...) defende que a universidade, para atingir patamares mais avançados de qualidade, deve partir de um ponto: a avaliação institucional, que se constitui no diagnóstico ou retrato falado de uma instituição”. Para tanto há que considerar como parte principal neste processo a participação da comunidade acadêmica e comunidade externa.

A **participação da comunidade acadêmica** a partir das percepções dos envolvidos neste estudo, representam a partir dos significados registrados em seus relatos, respectivamente: Para os **discentes** ações devem ser embrenhadas para superar estas críticas desenhadas pelos participantes, Sousa (2012) ao estudar sobre a AAI em uma universidade, aponta que existe a necessidade imediata de investimento em capacitação sobretudo das comissões setoriais, constituídas nos câmpus, pois segundo o autor pode refletir significativamente para o desenvolvimento do processo avaliativo.

Partindo da afirmativa de Cury (2014) que cada participação tem um significado e função singular, é pertinente as considerações destacadas pelos **técnicos** quando além de apontar a baixa adesão, sugerem a intensificação de mobilização. É fato que todo cidadão se torna atuante a partir do momento em que concebe algo, que se processa sobre determinado fato, passando a compreender seu papel crítico social frente as questões emergentes da sociedade. Assim, os próprios técnicos dentro de um processo crítico-reflexivo apontam que falta o que destaca Félix; Furtado (2016, p. 78) a CPA efetivamente assumir seu papel se percebendo responsável pela sensibilização em conjunto com as comissões dos câmpus e ainda da meta avaliação, visando preparar as pessoas para uma “participação efetiva e responsável, de modo permanente e inovador”.

Por fim, os **docentes** apresentam críticas contundentes quanto a AAI, deixando transparecer que existe por parte da IES o que considera Félix; Furtado (2016, p. 77) “falta de valorização da autoavaliação como

processo de agente transformador”. Ainda que reconheçam que a AAI é primordial para o desenvolvimento da instituição, consideram que os responsáveis pelo trabalho deixam a desejar, comprometendo inclusive a participação da comunidade acadêmica. O que orienta Nicotari; Nishikawa (2012) quanto à necessidade agregar valores culturais com uso de ferramentas participativas, promovendo contribuições e cooperações mútuas, constituindo assim um processo realmente democrático, participativo e inserido no universo administrativo-pedagógico.

Os significados atribuídos à participação da comunidade acadêmica na AAI no contexto da UNEMAT, foram sistematizados e organizados em unidades de significados, levando em conta três conectores: positivo, negativo e sugerido: ...“**positivo**”. Os participantes deste estudo, atribuíram à participação da comunidade acadêmica na AAI é condição para que a mesma se processe, a qual permite um olhar de dentro para fora, de si mesma quanto ao vivenciado no campo do ensino, da pesquisa e da extensão, associado à gestão e ao compromisso social. Autores como Silva (2011), Galdino (2005), Cury (2014), Dias Sobrinho (2008), Cobbe (2015) e outros ratificam a afirmativa aqui destacada desta parcela da comunidade acadêmica da UNEMAT.

...“**negativo**”. Tomando como ponto de partida os significados da unidade **negativa**, cabe ressaltar que todas as afirmativas foram atribuídas a ausência de planejamento das comissões executoras do processo, desde a fase inicial para que a comunidade exerça seu papel cidadão participando ativamente neste processo avaliativo até as discussões dos resultados e nas proposições de metas e ações que visem a correção dos pontos destacados como fragilidades. Neste sentido já dizia Oliveira (2008) que a CPA precisa exercer um papel político neste processo, criando uma cultura avaliativa para a qualidade, assim também sugerido por Lima (2010).

Silva (2013), Cavalieri e outros (2004), Félix; Furtado (2016) ao refletirem nesta problemática da não participação da comunidade na AAI, a exemplo dos achados neste estudo, fazem severas considerações quanto a urgência de se estabelecer uma gestão cooperativa, que todo o processo seja transparente e que as informações sejam discutidas por todos os segmentos, que é preciso o estabelecimento de uma comunicação virtual, dentre outras que contribuam para que a IES avance e gerencie qualidade.

...“**sugerido**” *desenvolver estratégia para se ter uma comunidade crítica*. Um ponto muito tocado por estudiosos sobre o assunto, como Félix; Furtado (2016), Nicotari; Nishikawa (2012), Grohamann (2013) e Verhine (2015) refere-se à preocupação da IES e CPA em apenas cum-

prir e fazer cumprir as exigências legais, e isto ao que se apresenta também ocorre na IES estudada uma vez que não houve nenhuma consideração dos participantes e nem informações quanto a qualquer tipo de comprometimento em reconhecimento de curso ou da própria IES por pendência ligada à AAI. Ao que parece tudo tem sido cumprido nos rigores da lei do SINAES. Não se fala em desenvolver uma massa crítica para que atuem efetivamente do processo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da percepção da comunidade acadêmica envolvida no estudo, compreendendo ao todo 47 participantes, que aqui representam os segmentos discente, docente e técnico, dos 13 câmpus da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) foi possível interpretar a AAI no contexto deste IES. Cabe ainda considerar que todos conceituam a AAI com prévio conhecimento conceitual, que embora em menor ou maior nível do saber científico, são compreensíveis para todos os segmentos, correspondendo a conceituações que remetem ao proposto pelo próprio SINAES e outros instrumentos legais.

A AAI no contexto da UNEMAT é concebida como um processo executado anualmente, por meio de sistema de informação, como reflexos regulatórios mais acentuados que formativo, que merece ter um caráter participativo, formativo como acentua Cobbe (2015), Félix; Furtado (2016), Nicotari; Nishikawa (2012), devendo ser construída a partir do saber crítico, do ser atuante, de maneira a construir e reconstruir o contexto sócio histórico e proporcionar novas realidades no contexto universitário.

Sendo que a finalidade da AAI é concebida pela comunidade acadêmica a qual reconhece que se faz necessário este processo avaliativo, ainda que por meritocracia ou por obrigações regulatórias, mas que deveria ser exercitado a construção participativa, somativa, para que seus efeitos fossem em maior escala no alcance da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Afirmativa que se assemelham a prevista em lei, e as contribuições de Dias Sobrinho (2008), Nicoletti (2015), e Sousa (2012).

Ao tratarem sobre a AAI consideram que por ser um processo falho ainda carente de planejamento participativo, coerente e contextualizado a cada realidade multicampi, compromete o alcance de qualidade institucional e retorno social, não atingindo o previsto por Silva (2008): melhoria da qualidade da educação superior, expansão, e, eficácia e eficiência acadêmica e social.

Por não ser divulgada e pouco acreditada pela comunidade acadêmica tem baixa participação da comunidade acadêmica no processo, requerendo novas estratégias como aponta Félix; Furtado (2016) para obter participação efetiva, pois fica comprometida a fidedignidade das informações coletadas dado ao número baixo de participantes, mascarando a realidade e comprometendo na construção do PDI.

A AAI no contexto da UNEMAT não basta ser uma ferramenta construtiva, ativa e processual, apenas para o cumprimento legal (SOUSA, 2012), é preciso que todos participem e contribuam com iniciativa e decisão se empenhando na busca de melhorias no universo ao qual compõe (GUERRA, 2002).

Para tanto, é preciso que a CPA e as CAs ampliem suas estratégias de envolvimento da comunidade acadêmica e comunidade externa, discutindo meios de aplicação, divulgação e avaliação com devolutiva do processo (SILVA, 2013), bem como a disponibilização de documentos e relatórios, visando fomentar discussões (DIAS SOBRINHO; RISTOFF, 2000) com vista a alcançar a elevação do padrão de qualidade nos serviços oferecidos e a responsabilidade social (SOUSA, 2012).

Em suma, é possível afirmar que a AAI para a instituição embora seja de extrema relevância por contribuir para que a mesma atinja seu papel social com eficiência, ainda enfrenta desafios organizacionais, não sendo uma tarefa fácil exigindo parâmetros de adequação e implementação (OLIVEIRA, 2008).

Os participantes deste estudo, atribuíram à participação da comunidade acadêmica na AAI é condição para que a mesma se processe, a qual permite um olhar de dentro para fora, de si mesma quanto ao vivenciado no campo do ensino, da pesquisa e da extensão, associado à gestão e ao compromisso social. Autores como Silva (2011), Galdino (2005), Cury (2014), Dias Sobrinho (2008), Cobbe (2015) e outros ratificam a afirmativa aqui destacada desta parcela da comunidade acadêmica da UNEMAT.

REFERÊNCIAS

ALVIM, C.A.; DUARTE, M.R.T. Planejamento da Avaliação Institucional na UFMG a partir da reestruturação da Comissão Própria de Avaliação. **Simpósio Avaliação Ensino Superior**. set/2015, Porto Alegre-RS. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/dai/textos/artigo6.pdf>>. Acesso em 20 novembro de 2016.

AMMANN, B.S. **Participação social**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1997.

ANDRIOLA, WB. Desafios e necessidades que se apresentam às Comissões Próprias

de Avaliação (CPAs) das instituições de ensino superior visando à implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). In: RISTOFF, Dilvo; BALL, S.J. **Education PLC: understanding private sector participation in public sector education**. Londres: Routledge, 2007.

BATISTA, M.A.; PAULA, M.F.F.; OLIVEIRA, M.I.A.; ALMEIDA, E.E. Avaliação institucional no ensino superior: construção de escalas para discentes e docentes. **Avaliação**. Campinas/Sorocaba, São Paulo, v.18, n. 1, p.201-18, 2013. Disponível em: < www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772013000100011&script=sci...tlng>. Acesso em maio de 2016.

BELLONI, I. A função social da avaliação institucional. In: DIAS SOBRINHO, J. **Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.

BERNARDES, J.S. A Comissão Própria de Avaliação: Contribuição para a Gestão Institucional. **Seminário Internacional de Educação Superior**. Sorocaba, 2014. Disponível em: <uniso.br/publicacoes/anais_eletronicos/2014/6_es_avaliacao/09.pdf>. Acesso em 20 novembro de 2016.

BRASIL. INEP. Sinopse do Ensino Superior. 2016b. Disponível em: < portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em setembro de 2016.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004a. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15. abr. 2004a. Seção 1, p. 4-5. Disponível em: < www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/266>. Acesso em maio de 2016.

BRASIL. MEC. Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004b. **Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Brasília, 2004. Disponível em: < www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/266>. Acesso em maio de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Avaliação Institucional**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2014/instrumento_institucional.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Sistema Nacional de Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 5. ed. Brasília: INEP, 2009. Disponível em: < www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/266>. Acesso em maio de 2016.

BRASIL. Regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, exige uma nova adequação dos procedimentos de elaboração e análise do PDI Plano Desenvolvimento Institucional. Decreto n. 5.773/2006. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>>. Acesso em maio de 2016.

BRASIL. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Decreto 5296/2004c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em maio de 2016.

BRASIL. **Sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)**. 2007. Portaria Normativa nº 40/2007. Disponível em: < http://escoladacidade.org/download/PORTARIA%20NORMATIVA%2040%2012_12_2007.pdf>. Acesso em maio de 2016.

CAMPOS, C.J.G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Rev. bras. enferm.* vol.57, nº.5. Brasília Sept./Oct. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>>. Acesso em maio de 2016.

CLARKE, J.; NEWMAN, J. **The managerial state: power, politics and ideology in the remaking of social welfare.** London: Sage, 1997.

COBBE, P.R.C.O. Perspectivas em Gestão & Conhecimento: Instrumento de Avaliação Institucional Externa. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento.** João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 111-126, jul./dez. 2015. Disponível em: <126. <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>>. Acesso em junho de 2016.

CURY, C.R.J. Formação e conhecimento: perspectivas filosóficas e sociológicas. **Avaliação.** Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 603-629, nov. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path%5B%5D=2053&path%5B%5D=1792>>. Acessado em maio de 2016.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política participativa.** São Paulo: Cortez, 2001.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação institucional: marco teórico e campo político. In: **Avaliação da educação superior.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 89-109.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da Educação superior: regulação e emancipação. **Rev. Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior.** Campinas, SP, Ano 8, v 8, n. 2, p. 31-47, 2003. Disponível em: < periodicos.uniso.br > Capa > v. 8, n. 2 (2003) > Dias Sobrinho>. Acesso em agosto de 2016.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ética-epistemologia da avaliação. In: **Educação superior em debate. Avaliação participativa: perspectivas e desafios.** RISTOFF, D.; ALMEIDA JUNIOR, V.P. (Org.). Brasília: Coleção Educação Superior em Debate – INEP, v. 1., 2008.

DIAS, C.L.; HORIGUELA, M.L.M.; MARCHELLI, P.S. Políticas para avaliação da qualidade do ensino superior no Brasil: um balanço crítico. **Educação & Pesquisa.** São Paulo, v. 32, n. 3, p. 435-464, set./dez. 2006.

FÉLIX, G.T.; FURTADO, D.B.V. Autoavaliação Institucional e (In) Cultura de Participação na Universidade. **HOLOS.** ano 32, v. 1. Disponível em: < <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/HOLOS/article>>. Acesso em maio de 2016.

FERNANDES, A.A.; VERAS, J.D.G.; GUERRA, L.M.B. Avaliação Institucional da UERN: avanços e desafios. **2º Simpósio de Avaliação do Ensino Superior.** ago/set., 2016. Porto Alegre-RS. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/avalies2016/anais-do-evento/artigos-1/156913.pdf>>. Acesso em junho de 2016.

FERNANDES, M.E.A. **Gestão da escola: desafios a enfrentar.** Rio de Janeiro. DP& A Editora, 2002.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 1979.

GADOTTI, M. **Pensamento pedagógico brasileiro.** 6. ed. São Paulo: Ática, 2009.

GALDINO, M.N.D. **A autoavaliação institucional no ensino superior como instrumento de gestão.** 2009. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/assets/pdf/2015/artigo-avaliacao-institucional.pdf>>. Acesso em junho de 2016.

GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa.** Curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

- GUERRA, Y. **O ensino da prática no novo currículo: elementos para o debate**. Palestra da oficina ABEPSS. Região Sul I, maio: 2002.
- KUNSCH, MMK. **Universidade e comunicação na edificação da sociedade**. São Paulo: Loyola, 1992.
- LEITE, D. **Reformas universitárias: avaliação institucional participativa**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- LIMA, EGS. **Avaliação institucional participativa: entraves e possibilidades no contexto da universidade**. 33ª Reunião Anual da ANPED. Educação no Brasil: o balanço de uma década, 2010. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/33encontro.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2016.
- LOPES, A. D. **Avaliação Institucional e o Ensino Superior: estudos de casos**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.
- MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8.ed. São Paulo: Hucitec/ Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.
- MOREIRA, S.V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.
- NASCIMENTO, Z. B.; GROHMANN, M. Z. Uma década de auto avaliação institucional: o que mudou na percepção dos docentes? **REICE**, 2013. Disponível em: <www.rinace.net/reice/>. Acesso em fevereiro de 2016.
- NICOLETTI, G.T. Autoavaliação como Garantia do Desenvolvimento Institucional no Contexto da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), no Período de 2005 a 2011. [Dissertação] Belo Horizonte: FEAD – Centro de Gestão Empreendedora, 2015.
- NICOTARI, M. A.; NISHIKAWA, M. Autoavaliação institucional: bases de metodologia participativa e emancipada para o seu desenvolvimento em IES de educação à distância. SIED. EnPED – UFUSCAR. 2012.
- NUNES, M.H.M.L.; LIMA, I.F. Autoavaliação institucional na perspectiva da construção e reconstrução da identidade acadêmica. **MPGOA**. João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 79-103, 2015. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/seminario/.pdf>> Acesso em abril de 2016.
- OLIVEIRA, N.B. Autoavaliação de uma instituição no ensino superior: o olhar crítico-reflexivo sobre si mesma para gerenciar a qualidade. 2008. disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere2008/anais/pdf/755_813.pdf>. Acesso em abril de 2016.
- PAIVA, L.D.C.; SOUZA, N.M.P. Perspectivas da autoavaliação institucional na Universidade. **Revista Eletrônica Novo Enfoque**. 13(13): 132-141, 2011. Disponível em: <<http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoque/files/13/artigos/11.pdf>>. Acesso em março de 2016.
- RIBEIRO, E.A. As atuais políticas públicas de avaliação para a educação superior e os impactos na configuração do trabalho docente. **Avaliação**. 2012, vol.17, n.2, pp.299-316. ISSN 1414-4077. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v17n2/02.pdf>>. Acesso em junho de 2016.
- RIBEIRO, E.A.; Convergências e divergências das práticas de autoavaliação institucional em IES pública e privada na percepção da comunidade acadêmica. **Estudos em Avaliação Educacional**. v. 23, n. 51, 2011. Disponível em: <educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0103-68312012000100010...sci.>. Acesso em junho de 2016.
- ROSANVALLON, P. **La contre-démocratie: la politique à l'âge de la défiance**. Paris: Éditions du Seuil, 2006.
- SANCHES, R.C.F. **Avaliação Institucional**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

SCHMIDT, J. D. S.; NEZ, E. Um olhar sobre a comissão própria de avaliação (CPA) da educação superior. **Revistas Eletrônicas - Educação em Foco** [online]. 2012. ISSN 2175-7321.

SCREMIN, G.; DALLACORT, M. D. A CPA no Processo de Autoavaliação Institucional: Avanços e Desafios nos 10 Anos do SINAES. **Revista Meta: Avaliação**. v. 6, n. 18, 2014. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/390>>. Acesso em: 20 Nov. 2016.

SILVA, C.M.; GOULART, E.E. A função da comunicação na autoavaliação das Instituições de Ensino Superior do ABC Paulista. **Educ. rev.**, 2013, n.47, pp.231-247. ISSN 0104-4060. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n47/12.pdf>>. Acesso em: junho de 2016.

SILVA, H.A. ABORDAGEM FENOMENOLÓGICO-HERMENÊUTICAS. **ÁGORA – Revista Eletrônica**. 2008. Disponível em: <http://agora.ceedo.com.br/fenomenologica_hermeneutica.pdf>. Acesso em maio de 2016.

SILVA, M.N. **Autoavaliação Institucional: estudo de caso no campus da Unemat de Nova Xavantina-MT, no ano de 2014**. [Dissertação] Belo Horizonte: FEAD, 2015.

SILVA, V.O. **A avaliação dos gestores quanto à atuação do controle interno na Universidade do Estado de Mato Grosso no exercício 2011**. [Dissertação]. FEAD. Belo Horizonte, 2012.

SOUSA, C. P. **Avaliação de instituições de ensino superior: Discutindo a necessidade de Diretrizes metodológicas e estratégias de implantação**. PUC. São Paulo. Estudos em Avaliação Educacional, v. 17, n. 35, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1341/1341.pdf>>. Acesso em: junho de 2016.

STEIN, E. Dialética e Hermenêutica: uma controvérsia sobre método e filosofia. In: Dialética e Hermenêutica. (Jurgen Habermas). São Paulo: L&PM, 1987, p.98-134.

VERHINE, R.E. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 603-619, nov. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n3/1414-4077-aval-20-03-00603.pdf>>. Acesso em maio de 2016.

ZATTAR, N. B. da S. **Do IESC à UNEMAT: uma história plural 1978-2008**. Cáceres [MT]: Editora UNEMAT, 2008. 125 p.